

PLANO DE TRABALHO

MINAS NÃO ACABA NO ANEL RODOVIÁRIO.

Núbia Citty Advogada · Deputada Estadual · MG · REDE Sustentabilidade

9

frentes de trabalho

40

propostas

7

propostas que eu assino

3

compromissos de
funcionamento

Este documento reúne as propostas publicadas em nubiacity18040.com.br. No site, cada região de Minas mostra as que valem para ela.

01	Saúde mais perto de casa	4 propostas
02	Segurança que previne e investiga	5 propostas
03	Mulher protegida antes da tragédia	5 propostas
04	Estrada é vida, não é detalhe	4 propostas
05	Educação começa por quem ensina	4 propostas
06	Cidade do interior não pode depender de uma coisa só	7 propostas
07	Justiça que chega no interior	3 propostas
08	A vida que cabe no orçamento da família	4 propostas
09	Comida de perto, mais barata e mais saudável	4 propostas

Critério de transição na cota-parte do ICMS para municípios em declínio mineral, por alteração da Lei 18.030/2009.

Por que agora: Itabira decretou contingenciamento em 2025 com queda simultânea de ICMS e de CFEM. A regra atual não prevê transição, e o que aconteceu aqui vai acontecer em outras cidades de Minas.

Plantão da Polícia Civil no interior com delegado, e não apenas virtual, e estruturação da delegacia da mulher.

Por que agora: Na maior parte do interior de Minas, a delegacia fecha às 18h e o plantão é regional, concentrado em uma única cidade.

Ligação de Itabira ao trevo da rodovia federal, hoje parada.

Por que agora: O convênio para o projeto executivo foi assinado em 2021 e a obra não saiu. Estado e município divergem sobre a responsabilidade pela paralisação, e a mineradora já sinalizou disposição de arcar com parte do custo. Falta quem cobre dentro da Assembleia.

Os 35 km entre Santa Maria de Itabira e Nova Era.

Por que agora: Seis prefeitos do Médio Piracicaba já se uniram pelo pleito, e os últimos pacotes estaduais de rodovia não contemplaram nenhum trecho da região.

05**Advocacia dativa em dia e Defensoria nas comarcas descobertas**

Propaganda eleitoral. Núbia City Advogada · 18040 · REDE Sustentabilidade · CNPJ da campanha 68.437.708/0001-48 · nubiacitty18040.com.br

Pagamento do que já foi trabalhado e interiorização da Defensoria Pública.

Instrumento: Requerimento à AGE-MG, emenda orçamentária e projeto de lei

Por que agora: Onde não há defensor público, o Estado paga o advogado dativo. O convênio em vigor tem teto mensal fixo e o passivo é muito maior, o que empurra o advogado para processar o Estado para receber. Quem perde é a pessoa pobre e o jovem advogado do interior.

06**Presídio para Itabira**

Definição do Estado sobre uma nova unidade prisional em Itabira, com local, prazo e dinheiro no orçamento.

Instrumento: Requerimento à Secretaria de Justiça e Segurança Pública, indicação e emenda orçamentária

Por que agora: Itabira está sem presídio desde 2020, quando o Rio de Peixe foi desativado por decisão judicial ligada à barragem. João Monlevade, Nova Era e Barão de Cocais têm unidade. Sem ela, o custo, a escolta e o risco ficam para toda a região.

07**Compra do Estado com fatia para a empresa da região**

Preferência regional para micro e pequena empresa nas compras do Estado, usando o que a Lei Complementar 123 já permite, e publicação anual da fatia regional.

Instrumento: Requerimento de informação, projeto de lei e articulação com Sebrae e Jucemg

Por que agora: Minas já reserva licitação até R\$ 80 mil para micro e pequena empresa, e o decreto estadual permite dar prioridade à empresa da região, mas só como opção. Ninguém publica quanto das compras do Estado fica na região onde o serviço funciona. O que não se mede, não se cobra.

TRÊS COMPROMISSOS DE FUNCIONAMENTO

Prestação de contas anual e pública

Relatório anual publicado com o que foi protocolado, o que foi aprovado, o que foi rejeitado e para onde foi cada emenda parlamentar. Com valor, com município e com data. Mandato que não presta contas está pedindo para não ser cobrado.

Gabinete que atende no interior

Atendimento presencial regular nas cidades da região, e não apenas em Belo Horizonte. Quem mora no interior não deve precisar viajar até a capital para ser ouvido pela pessoa que ele elegeu para representar o interior.

Eu ouvi, eu fui atrás

Propaganda eleitoral. Núbia City Advogada : 18040 · REDE Sustentabilidade : CNPJ da campanha 68.437.708/0001-48 : nubiacity18040.com.br
Toda demanda recebida em audiência ou em visita vira protocolo com número, e a resposta volta para quem trouxe a demanda. Sem número de protocolo, é conversa. Com número de protocolo, é trabalho.

FRENTE 01

Saúde mais perto de casa

Quem atende a região precisa ter recurso de região.

Cidade-polo do interior atende a região inteira e recebe repasse dimensionado abaixo da população que de fato atende. O resultado é fila no polo e viagem de horas para quem mora na cidade vizinha.

1. Repasse de quem atende a região

Recomposição do repasse estadual para os municípios-polo, com critério que considere a população efetivamente atendida e não apenas a população residente.

Competência estadual

2. Média e alta complexidade perto de casa

Fortalecimento da rede regional de média e alta complexidade, para reduzir a necessidade de deslocamento até a região metropolitana.

Competência estadual

3. Fiscalizar o que já foi pactuado

Fiscalização dos repasses estaduais já pactuados, por meio de requerimento e pedido de informação, município a município.

Competência estadual

4. Transporte sanitário é política de Estado

Transporte sanitário regional tratado como política de Estado, e não como problema de cada prefeitura resolver sozinha.

Competência estadual

Segurança que previne e investiga

Prevenir na rua e investigar até o fim.

Segurança pública é competência estadual inteira: Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Penal, Corpo de Bombeiros e sistema prisional. No interior, a conta chega em forma de efetivo defasado, viatura parada e inquérito que não anda.

1. PM onde hoje ela não chega

Efetivo e viatura para a Polícia Militar chegar onde hoje não chega, com prioridade para distrito e zona rural, onde o tempo de resposta é maior.

Competência estadual

2. Polícia Civil com efetivo e estrutura

Recomposição do efetivo da Polícia Civil e estrutura para as delegacias regionais, porque prisão sem investigação vira processo que não se sustenta.

Competência estadual

3. Polícia Penal

Condições de trabalho e valorização da Polícia Penal, categoria que quase nunca aparece em plano de campanha e que sustenta o sistema por dentro.

Competência estadual

4. A unidade prisional que Itabira não tem

Definição do Estado sobre a unidade prisional de Itabira. João Monlevade tem, Nova Era tem, Barão de Cocais tem. Itabira segue sem desde 2020, quando o presídio Rio de Peixe foi desativado por decisão judicial ligada à barragem, e isso empurra custo, escolta e risco para toda a região. Precisamos de um presídio na nossa cidade!

Competência estadual

Onde: Itabira

5. Corpo de Bombeiros com estrutura de região

O 4º Pelotão de Itabira atende a região inteira com efetivo de pelotão, e a elevação a Companhia é pedida desde 2021. Vou cobrar a elevação e a dotação que vem junto com ela.

Competência estadual

Onde: Itabira

Mulher protegida antes da tragédia

Não basta denunciar. Ela precisa conseguir recomeçar.

A rede de proteção existe no papel e some no interior. Delegacia da Mulher, Creas, casa de acolhimento e Patrulha Maria da Penha dependem, no todo ou em parte, de dotação orçamentária estadual aprovada em dezembro, não de campanha em agosto.

1. Delegacia da Mulher com plantão no interior

Delegacia da Mulher com plantão e estrutura no interior, e não apenas na capital e nas cidades grandes.

Competência estadual

Onde: Itabira, Vale do Aço, Médio Piracicaba, Belo Horizonte e região metropolitana

2. A medida protetiva que não chega na porta

Cumprimento efetivo da medida protetiva. A medida sai no papel e não chega na porta. Quero fiscalizar o intervalo entre a decisão e a execução, que é exatamente onde a mulher morre.

Competência estadual

3. Acolhimento regional

Município pequeno não sustenta casa de acolhimento sozinho. A solução é consórcio regional com financiamento do Estado.

O que eu faço: A casa de acolhimento é equipamento municipal. O que eu faço é buscar o financiamento do Estado e a emenda ao orçamento estadual para o consórcio. Eu não vou dizer que vou construir.

Municipal · o mandato articula e cobra

4. Execução, não previsão

Fiscalização do dinheiro que já é destinado à rede de proteção, com pedido de informação sobre execução, e não sobre previsão.

Competência estadual

5. Autonomia financeira como política de saída

Qualificação, crédito e primeira renda para a mulher que precisa romper o ciclo e hoje não tem para onde ir.

Competência estadual

Estrada é vida, não é detalhe

Quem paga a conta da obra parada é quem dirige ali todo dia.

A malha estadual do DER-MG é onde a deputada estadual tem competência real, e é justamente a malha que ninguém disputa porque não dá manchete. Estrada ruim custa emprego, custa saúde e custa vida.

1. Duplicação das MG-129 e MG-434

Ligação de Itabira ao trevo da rodovia federal, hoje parada. O convênio com o DER-MG para o projeto executivo foi assinado em 2021 e a obra segue parada. Estado e município divergem sobre a responsabilidade pela paralisação, e a mineradora já sinalizou disposição de arcar com parte do custo. Vou cobrar, dentro da Assembleia, que o Estado assuma o que é dele e destrave o projeto.

Competência estadual

Onde: Itabira, Médio Piracicaba

2. Estrada do Piçarrão (LMG-790)

Os 35 km entre Santa Maria de Itabira e Nova Era. Seis prefeitos do Médio Piracicaba já se uniram pelo pleito. Entra como indicação e como emenda para o projeto executivo.

Competência estadual

Onde: Médio Piracicaba, Itabira

3. As MG, MGC e LMG da região

Recuperação e sinalização das demais rodovias estaduais da região, com prioridade para os trechos de maior fluxo de trabalhador e de transporte de paciente.

Competência estadual

4. A rodovia federal que corta a região

Cobrança de prazo e articulação. É rodovia federal. Eu não vou dizer que executo obra lá, porque não executo. Vou cobrar cronograma e levar a região para dentro da mesa.

O que eu faço: Cobrar cronograma e articular com quem tem a competência. O mandato estadual não executa obra em rodovia federal, e eu não vou prometer o que não posso entregar.

Federal · o mandato articula e cobra

FRENTE 05

Propaganda eleitoral. Núbia City Advogada · 18040 · REDE Sustentabilidade · CNPJ da campanha 68.437.708/0001-48 · nubiacitty18040.com.br

Educação começa por quem ensina

Não existe escola valorizada com professor desvalorizado.

A rede estadual passa pela Assembleia: carreira, progressão, orçamento e rede física. Escola do interior costuma ficar por último na fila do investimento em prédio e da formação continuada.

1. Carreira de quem ensina

Valorização da carreira dos profissionais da educação, com cobrança de direitos e de progressões que já estão previstas e não saem.

Competência estadual

2. O prédio da escola do interior

Rede física das escolas estaduais do interior: reforma, acessibilidade e condição mínima de funcionamento, item que quase nunca entra em plano de campanha.

Competência estadual

Onde: Itabira, Médio Piracicaba, Vale do Aço, demais regiões do interior

3. Concurso e menos dependência de contrato temporário

A maior parte dos professores da rede estadual trabalha com vínculo que vence todo ano. Escola não se constrói com professor que não sabe se volta em fevereiro.

Competência estadual

4. Educação em tempo integral também no interior

Com cobrança de ampliação das vagas nas escolas estaduais da região, e não só na capital.

Competência estadual

FRENTE 06

Cidade do interior não pode depender de uma coisa só

O minério tem prazo. A cidade não.

Quando a cidade vive de uma coisa só, ela fica refém dessa coisa. E quando essa coisa entra em declínio, a queda de arrecadação chega antes da alternativa econômica. Construir a próxima economia começa agora, não depois.

1. Lei do pós-mineração

Critério de transição na cota-parte do ICMS para municípios em declínio minerário, por alteração da Lei estadual 18.030/2009.

Competência estadual

Onde: Itabira, Médio Piracicaba

De onde vem: Lei estadual 18.030/2009.

2. Para onde vai a taxa do minério

Propaganda eleitoral: Nubio City Advogados - 18040 - RDE/DF Sustentabilidade - CNPJ da campanha: 68.143.788/0001-48 - nubiocity18040.com.br

A taxa estadual do minério existe, é cobrada por tonelada e tem destinação legal. Quero requerimento formal sobre arrecadação e aplicação, e vinculação regionalizada se houver desvio de finalidade.

Competência estadual

Onde: Itabira, Médio Piracicaba, Vale do Aço

3. Incentivo que chegue na cidade pequena

E não apenas na região metropolitana, para atrair investimento e empresa para o interior.

Competência estadual

4. Ensino superior e técnico onde a gente mora

Para o jovem não precisar sair da cidade e nunca mais voltar. Onde já existe universidade, transformar pesquisa em empresa e em emprego aqui.

Competência estadual

5. Energia como pré-condição

Articular Estado e Cemig para levar infraestrutura energética ao interior. Sem energia confiável, nenhuma indústria escolhe a nossa cidade.

Competência estadual

6. Turismo é economia, não é enfeite

Circuito turístico, patrimônio, cultura e natureza do interior com sinalização, acesso e promoção pelo Estado. Em Itabira, o legado de Drummond é ativo econômico e está subaproveitado. Turismo gera renda em cidade pequena sem depender de uma grande empresa chegar.

Competência estadual

Onde: Itabira, Médio Piracicaba

7. Compra do Estado com fatia para a empresa da região

O Estado compra todo dia na nossa região: escola, batalhão, pelotão dos Bombeiros, presídio e estrada. A lei já permite dar prioridade à micro e pequena empresa da região, com até 10% de diferença de preço, mas em Minas isso é só opcional e ninguém mede quanto das compras fica aqui. Vou pedir esse número, propor a lei que torna a preferência regra, com critério objetivo e publicação anual da fatia regional, e ajudar o comerciante daqui a se cadastrar para disputar.

Competência estadual

De onde vem: Lei Complementar federal 123/2006, art. 48, § 3º. Lei estadual 20.826/2013 e Decreto estadual 47.437/2018, art. 12.

FRENTE 07

Propaganda eleitoral. Núbia City Advogada · 18040 · REDE Sustentabilidade · CNPJ da campanha 68.437.708/0001-48 · nubiacitty18040.com.br

Justiça que chega no interior

Sem defesa, não existe julgamento justo.

Boa parte das comarcas mineiras não tem defensor público. Onde a Defensoria não chega, o juiz nomeia um advogado dativo, e quem paga esse advogado é o Estado de Minas. Só que o Estado paga mal e paga tarde. Quem perde duas vezes é a pessoa pobre, que fica com defesa precarizada, e o jovem advogado do interior, que trabalha e não recebe.

1. Interiorização da Defensoria Pública

Com prioridade para as comarcas hoje descobertas. Itabira tem Defensoria. Muitas cidades da nossa região e do interior de Minas não têm.

Competência estadual

2. Advocacia dativa em dia

Existe convênio entre Estado, TJMG e OAB-MG com valor mensal fixo, e existe um passivo muito maior do que esse valor. Vou cobrar prestação de contas do convênio e recomposição do repasse, para que o advogado não precise processar o Estado para receber pelo que já trabalhou.

Competência estadual

3. Honorário dativo com reajuste previsível

Tabela de honorários dativos com reajuste real e previsível, e não corrigida por decisão avulsa.

Competência estadual

FRENTE 08

A vida que cabe no orçamento da família

Política boa é a que aparece na conta do fim do mês.

Existe uma parte da conta do mês que depende de decisão do Estado, e quase nenhum candidato fala dela: transporte intermunicipal, tarifa de serviço público, moradia e assistência social. Para quem ganha pouco e mora no interior, essas quatro linhas decidem se o mês fecha.

1. Transporte intermunicipal com preço, horário e fiscalização

A linha que leva o trabalhador e o estudante para a cidade vizinha é regulada pelo Estado. Onde a linha some ou o preço aperta, a pessoa perde emprego e perde curso.

Competência estadual

2. Moradia popular no interior

Programa habitacional estadual que chegue na cidade pequena e não fique concentrado na região metropolitana, incluindo regularização fundiária.

Competência estadual

3. Atendimento e tarifa dos serviços regulados pelo Estado

Fiscalização do atendimento e das tarifas dos serviços regulados pelo Estado, como água, esgoto e transporte intermunicipal, com cobrança de metas por município e não por média do Estado. Média esconde a cidade que é mal atendida.

Competência estadual

4. Segurança alimentar

Apoio estadual a restaurante popular, banco de alimentos e compra da agricultura familiar, que resolve fome e renda no mesmo programa.

Competência estadual

FRENTE 09

Comida de perto, mais barata e mais saudável

O alimento nasce aqui e volta mais caro. Isso não é destino.

A central de abastecimento mais próxima fica em Contagem. O alimento sai daqui, viaja para lá e volta mais caro na nossa prateleira. Enquanto isso, o Consmepe, consórcio da nossa região, conquistou em 2022 a equivalência ao sistema nacional de inspeção, o selo que permite vender comida para o Brasil inteiro. Não falta direito. Falta condição de usar o direito, porque adequar a instalação custa um dinheiro que o pequeno produtor não tem.

1. Adequação sanitária do pequeno produtor

Programa estadual com recurso para reforma da instalação, equipamento e rotulagem, para que o produtor consiga registrar e usar o selo que a região já tem. O selo está pago. Falta a obra na propriedade.

Competência estadual

2. Comida da nossa terra na instituição do Estado

Escola estadual, hospital regional e unidade prisional comprando fruta, verdura e leite da agricultura familiar da própria região. O Estado já compra alimentação escolar em larga escala. O que falta é a fatia da nossa região, e isso se cobra com pedido de informação e emenda.

Competência estadual

3. Mercado do produtor com estrutura fixa

Propaganda eleitoral Nubia City Address: 18940 | RENE Sustentabilidade | CNPJ da empresa: 68.427.798/0001-48 | nubiacity18940.com.br

A feira da agricultura familiar de Itabira é itinerante e roda alguns bairros por semana. Quero apoio do Estado para estrutura permanente e para réplicas nas cidades vizinhas, com estudo de viabilidade financiado por emenda.

Competência estadual

Onde: Itabira, Médio Piracicaba

4. Estrada rural é logística de alimento

O produtor daqui não pede galpão, pede estrada que não desmanche na chuva. É onde o Estado entrega mais rápido.

Competência estadual

18040

Núbia Citty Advogada · Deputada Estadual · MG

Propaganda eleitoral. Núbia Citty Advogada · 18040 · REDE Sustentabilidade · CNPJ da campanha 68.437.708/0001-48 · nubiacitty18040.com.br. Responsável: Núbia dos Santos Citty Rosa. Versão de 14/09/2026.

Material digital. Em caso de impressão, incluir o CNPJ de quem imprimiu e a tiragem (Lei 9.504/1997, art. 38, § 1º).